

PT adverte sobre voto contra o trabalhador

Josemar Gonçalves



Sistematização terá prazo até o próximo dia 26 para elaborar seu relatório

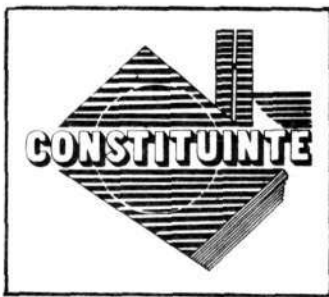
Sistematização

Cabral quer texto curto mas se curva à maioria

O relator da Comissão de Sistematização, senador Bernardo Cabral (PMDB-AM), ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, embora favorável a uma Constituição mais sintética, acatará a vontade da maioria, se esta optar por um texto mais longo. "Eu não tenho o poder de cortar, mas de compatibilizar" — explicou ele.

Para Cabral, a Constituição deveria ter no máximo 300 artigos. Mas, se a maioria preferir uma Constituição com 500 artigos, ele terá de respeitá-la. Entretanto, para evitar um texto grande demais, Cabral ensina que o articulado constitucional deve ter um núcleo de princípios permanentes, deixando o acessório para a legislação ordinária.

Indagado sobre o perfil da nova Constituição, Cabral disse que o novo texto deve adaptar-se às nossas realidades, aquilo que o povo quer. Assim, ele espera que a nova Constituição não fique tão além dessas aspirações nem tão atrás.



Recebido todo o material das comissões temáticas, Cabral começa a elaborar seu relatório-anteprojeto dia 16, para entregá-lo no próximo dia 26, quando expira o prazo para este fim.

Roteiro

Distribuídos os avulsos contendo o relatório e o anteprojeto, os cinco dias subsequentes serão destinados à discussão da matéria e à apresentação de emendas. Encerrada a discussão, o relator terá cinco dias para emitir parecer sobre as emendas, concluindo pela apresentação do projeto de Constituição.

Encerrada a primeira discussão do projeto de Constituição no plenário da Cons-

tituinte, ele será recebido, juntamente com as emendas apresentadas, pela Comissão de Sistematização, que terá 25 dias para emitir parecer sobre as emendas, podendo concluir por substitutivo.

Votado o projeto de Constituição em primeiro turno, com emendas, a matéria voltará à Comissão de Sistematização, a fim de ser elaborada a votação do vencido, no prazo de 10 dias, reservados os primeiros cinco dias para o relator.

Encerrada a segunda discussão no plenário da Assembléia, e apresentadas emendas circunscritas às supressivas ou destinadas a sanar omissões, erros ou contradições, a matéria será recebida pela Comissão de Sistematização, que disporá de 10 dias para elaborar seu parecer, reservados os primeiros cinco dias para o relator.

Concluída a votação do segundo turno, a matéria voltará à comissão, que em cinco dias oferecerá a redação final do texto, reservados os primeiros cinco dias para o relator.

Comissão aprova regimento interno

A Comissão de Sistematização, encarregada de elaborar o texto básico da nova Constituição, concluiu ontem a votação de seu regimento interno, para disciplinar o desenvolvimento de seus trabalhos, que entrarão em carga plena na próxima terça-feira, dia 16. Então extintas as oito comissões temáticas, passará a concentrar o trabalho de elaboração constitucional, enfrentando a tarefa de compatibilizar os 2 mil e 200 dispositivos que deverá receber das comissões temáticas.

Quanto ao regimento interno, a alteração mais importante aprovada ontem foi a nova redação do artigo 13º: "As deliberações da comissão sobre matéria constitucional, projeto de resolução sobre consulta plebiscitária,

serão adotadas pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes". A nova redação exclui o projeto de decisão que, graças a isto, poderá ser aprovado por maioria simples.

Análise/Síntese

Se para alguns constituintes existe a preocupação de fazer uma Constituição sintética, para outros, como o deputado Ademir Andrade (PMDB-PA), ela deve ser ampla e pormenorizada, pouco importando que chegue a 1.500 ou 2 mil artigos. Ele acha que só assim o povo brasileiro vai entender as normas que vão reger a vida da Nação.

Para o relator da Comissão, Bernardo Cabral (PMDB-

AM), a proposta de síntese contém uma preocupação que deve presidir os trabalhos de elaboração da nova Constituição, no sentido de eliminar tudo o que for repetitivo, para torná-la mais concisa. Lembrou, a respeito, que os anteprojeto das 24 subcomissões somaram um total de 2.668 disposições, e que os anteprojeto das oito comissões, antes das emendas (cujo prazo se entrega terminou terça-feira à meia-noite), atingiu mais de 2.200. Enumerou, em seguida, uma série de constituições, cuja maioria não ultrapassa os 200 artigos: Argentina, 115; Argélia, 110; Chile, 119; Cuba, 131; Espanha, 169; França, 89; Guiné Bissau, 102; Itália, 139; Japão, 99; México, 136; Paraguai, 231; Peru, 307.

Organização do Estado

Proposta cria serviço agrícola obrigatório

Preocupado em solucionar o problema do êxodo rural, o deputado Agassiz Almeida (PMDB-PA) encaminhou emenda à Comissão de Organização do Estado, criando o "serviço agrícola obrigatório". Assim, todos os brasileiros — que são classificados no texto como homem, mulheres e eclesíastas — ficam sujeitos ao trabalho no campo, como no serviço militar, para tentar reabilitar essa atividade produtiva.

A emenda do deputado Agassiz Almeida é a única desta natureza entre as 535 que foram apresentadas à Comissão. Em uma página e meia ele explica ainda que em tempo de guerra qualquer brasileiro estará sujeito ao serviço militar. O serviço agrícola, no entanto, não está bem detalhado. O constituinte não diz se ele será utilizado definitivamente ou só em casos de extrema necessidade, não estabelecendo sequer critérios de recrutamento.

A maioria das emendas encaminhadas à comissão dispõe sobre redivisão territorial e transformação

dos Territórios em Estado. A autonomia do Distrito Federal também foi motivo para a apresentação de muitas emendas, principalmente por parte do deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), relator da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios.

Autonomia ampla

Sigmaringa Seixas apresentou 16 emendas relativas ao Distrito Federal. As principais alterações se referem à composição de Assembléia Legislativa, que segundo afirma, terá competência para aprovar a Lei Orgânica que organiza os poderes Legislativo e Executivo. "O DF, propõe, terá competência para instituir impostos como é previsto para os estados e municípios". Sigmaringa não estabelece a data para as eleições de governador, vice-governador e deputados distritais, afirmando apenas que estas devem coincidir com as realizadas nos estados.

AGENDA — Não há reunião. O relator, senador José Richa, prepara o substitutivo que será votado a partir de sexta-feira.

Ordem Social bate recorde nas emendas

Sete mil 191 emendas foram apresentadas aos substitutivos das oito comissões temáticas — a maioria apresentada terça-feira, quando se esgotou o prazo para este fim.

A recordista foi a Comissão da Ordem Social, com 1.479 emendas, seguida pela Comissão da Organização de Poderes e Sistema de Governo, com 1.153. Por ordem decrescente, vem depois a Comissão de Ordem econômica, com 953 emendas; a Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, com 417 emendas; a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e da Tecnologia e da Comunicação, com 873 emendas; a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, com 711 emendas; a Comissão Eleitoral, Partidária e das Garantias das Instituições, com 569 emendas; e a Comissão da Organização do Estado, com 536 emendas.

Os constituintes que votaram contra as propostas que favorecem os trabalhadores terão seus nomes e as emendas que recusaram divulgadas em todo o país já na segunda-feira. A ameaça é da direção nacional do Partido dos Trabalhadores, que com esta estratégia espera garantir a aprovação das 50 emendas apresentadas ao substitutivo do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da Comissão de Ordem Social. O PT espera, assim, restabelecer as idéias que constavam do anteprojeto da Subcomissão dos Trabalhadores e Servidores Públicos, em parte excluídas no substitutivo de Almir Gabriel.

O esquema está sendo coordenado pelo representante do PT na Comissão de Ordem Social e vice-presidente da CUT, deputado Paulo Renato Paim (RS), junto com o DIAP (Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar), as centrais e confederações estaduais dos trabalhadores. Paim está também mobilizando as representações dos trabalhadores de todo o país para participarem neste final de semana da votação das emendas apresentadas ao substitutivo de Almir Gabriel. Ele acredita que conseguirá lotar o plenário.

Com o número recorde de 1.479 emendas, o substitutivo final do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da Comissão de Ordem Social, que será apresentado amanhã para votação, pode não agradar a gregos nem troianos. Os pontos de maior discordância continuam sendo a estabilidade no emprego, o direito de greve, o processo de indenização trabalhista e a jornada de trabalho, todos do capítulo dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, que recebeu em torno de 900 emendas.

Um grupo de parlamentares luta pelo restabelecimento de pontos constantes do anteprojeto inicial da Subcomissão dos Trabalhadores e até pela ampliação de direitos. O deputado Paulo Paim (PT-RS) tem o maior número de emendas, restabelecendo, entre outras coisas, a estabilidade plena no emprego, o direito de greve sem restrições e a imprescritibilidade do tempo de serviço nas indenizações trabalhistas. Numa outra emenda, ele quer a isenção de pagamento de Imposto de Renda para quem ganhar até 20 salários mínimos.

O deputado Jorge Hage (PMDB-BA) reduz em dez anos o tempo de serviço para a aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, o que significará, se aceita a tese pelo relator, 20 anos de trabalho para o homem e 15 anos para a mulher do campo.

Um outro grupo luta pela supressão de alguns artigos do substitutivo, como o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), que propõe a supressão do inciso XVI, do art. 2º, que não permite a sublocação de mão-de-obra, por considerá-lo prejudicial ao próprio trabalhador.

AGENDA — A Comissão da Ordem Social está em recesso até sexta-feira, quando deverá ser votado o substitutivo final do relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA).

Educação/Cultura

Raphael defende a consolidação da democracia



Raphael

O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, esteve ontem na Comissão que trata da Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia e da Comunicação e da Assembléia Nacional Constituinte, participando de mais uma audiência popular. O ministro falou durante 30 minutos e, depois por mais de duas horas, se submeteu às perguntas dos membros da comissão. Na sua exposição o ministro da Previdência defendeu a necessidade de uma carta constitucional que leve e traga as principais mudanças na garantia de tranquilidade e consolidação do processo democrático.

Disse ainda Raphael de Almeida Magalhães, que no que se refere à Previdência, é preciso que se analisem os objetivos desejados. Para ele, o Brasil vem sempre colocando em prática uma política concentradora, sem maior distribuição de renda. Com essa distribuição, entende o ministro, as práticas de compensação, como políticas assistenciais de saúde, educação, lazer, políticas quase sempre geradas por programas imediatistas, iriam ceder lugar a uma política mais consistente. Para o ministro a Constituição tem de tentar consolidar programas onde a desconcentração de renda gere políticas mais efetivas para toda a sociedade. Sobre os aspectos ligados à sua pasta e colocados no substitutivo do deputado Artur da Távola, PMDB-RJ, sua preocupação era em relação aos idosos e ao controle da natalidade.

Sobre os idosos, lamentou Raphael que a maior parte das solicitações devam ir para a lei ordinária, pois se trata de política de assistência social e não da Previdência. Para eles, a Previdência não pode ser onerada pelos que não participam na forma de contribuições, sob o risco de a inviabilizar.

Agenda — O relator da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), analisa as 874 emendas encaminhadas à Comissão, para elaborar o substitutivo final.